

ACORDO SOBRE O EXERCÍCIO

DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS

Nuno Rodrigo Santos Costa e Marta da Silva Lopes Costa, casados entre si, no sentido de acautelar os melhores interesses da sua filha menor, e considerando:

- a) Que os ora outorgantes encontram-se em processo de divórcio por mútuo consentimento, tendo ambos consciência que o processo de divórcio será um evento doloroso e traumático para a menor;
- b) Ambas as partes são progenitores dedicados e competentes para ter a seu cargo o cuidado, a custódia e o poder de direcção sobre a vida da sua filha menor;
- c) A salvaguarda dos interesses da menor;
- d) A intenção de contribuir para a auto-estima, sucesso escolar e desenvolvimento positivo com ambos os progenitores;

as partes voluntariamente chegaram ao seguinte acordo de regulação do exercício das responsabilidades parentais de Mariana Silva Santos Costa, da seguinte forma:

(Responsabilidades parentais)

- 1.1. A guarda da menor é atribuída à mãe, não obstante as responsabilidades parentais serem exercidas em comum, por ambos, decidindo as questões relativas à vida da filha em condições idênticas às que vigoravam para tal efeito na constância do matrimónio.
- 1.2. Ambas as partes comprometem-se em zelar pelos melhores interesses da sua filha e pelo seu bem-estar e em não prejudicar as relações de respeito e afecto da criança em relação ao outro progenitor.

- 1.3. Em caso de morte de um dos progenitores é da vontade de ambos os outorgantes que a criança resida sempre com o progenitor sobrevivente, devendo este permitir o convívio da criança com os familiares do progenitor falecido.

(Decisões em comum)

- 2.1. Devem ser tomadas de comum acordo as seguintes decisões, que afectam de forma duradoura e profunda o destino da menor, presumindo-se que, em relação às decisões correntes, cada um age de acordo com o outro.
- 2.2. Entendem-se por decisões de particular importância todas aquelas que afectem de forma duradoura e profunda o destino da menor, nomeadamente, mas não exclusivamente, as referentes a:
- a) Plano educativo, disciplina e transferência de estabelecimentos escolares;
 - b) Orientação profissional e emprego antes da maioridade;
 - c) Tratamentos médicos e intervenções cirúrgicas de risco;
 - d) Religião;
 - e) Deslocações ao estrangeiro;

§ As partes acordam em não alterar o domicílio da menor de Portugal continental sem a permissão do outro progenitor. Qualquer intenção de alteração de domicílio deverá ser comunicada com aviso prévio de 30 dias ao outro progenitor, e constituirá mudança das circunstâncias do presente acordo, sendo condição suficiente para se proceder à sua modificação.

(Residência)

- 3.1. Tendo em consideração os melhores interesses da criança, especialmente de modo a assegurar a estabilidade durante o período escolar, e sem prejuízo do ponto seguinte, acordam as partes em estabelecer o domicílio da menor com a mãe, sendo aí fixada a sua residência.
- 3.2. A mãe terá a responsabilidade primária das decisões do dia-a-dia de orientação e educação da criança.

- 3.3. O domicílio da menor será na residência do Pai quando este exercer o seu direito de visita.
- 3.4. O Pai terá a responsabilidade primária das decisões do dia-a-dia de orientação e educação da criança durante o período em que ela tiver o domicílio junto dele.
- 3.5. Na eventualidade de um dos progenitores não ter a possibilidade de exercer a guarda da criança, as partes acordam em comunicar esse facto entre si, com uma antecedência de 8 dias, para que o que não tenha guarda possa ficar com a criança, em vez de esta ser entregue a uma terceira pessoa.
- 3.6. Dentro de um período horário razoável, o Pai pode comunicar com a criança sempre que o entender, assim como a criança não poderá ser impedida de comunicar com o Pai, desde que para o efeito lhe seja disponibilizado o aparelho adequado.

(Informação escolar)

- 4.1. O Pai pode em qualquer altura do ano, ter acesso à informação disponibilizada pelas instituições escolares relativas à avaliação curricular e comportamento da menor.

(Fins-de-semana)

- 5.1 O Pai terá a menor na sua companhia durante um fim-de-semana de 15 em 15 dias, indo buscá-la às sextas-feiras à escola, aquando do encerramento do período escolar, entregando-a no mesmo local, na segunda-feira seguinte, aquando do início do período escolar.
- 5.2. Na eventualidade de se verificar um dia feriado ou de tolerância de ponto no período relativo aos dois dias anteriores ao fim-de-semana, o Pai poderá estar com o menor desde o final do período escolar do dia anterior ao feriado ou de tolerância de ponto até à manhã da segunda-feira seguinte.

- 5.3. Se esse dia feriado ou de tolerância de ponto se verificar num dos dois dias posteriores ao fim-de-semana, o Pai poderá estar com a menor até ao início da manhã do dia útil seguinte.
- 5.4. Caso, existam festas de família (familiares directos) ou de amigos importantes (como por exemplo baptizados, casamentos, aniversários) os progenitores trocarão os fins-de-semana respectivos, compensando no fim-de-semana seguinte.
- 5.5. Os progenitores podem, por acordo mútuo, alterar o previsto na presente clausula, nomeadamente no que diz respeito à ordem dos fins-de-semana a passar pela menor com o pai, que podem ser seguidos, e aos horários e local da recolha e entrega da menor.

(Aniversário dos Progenitores)

- 6.1. A menor passará o dia de aniversário de cada um dos progenitores com o aniversariante.

(Aniversário do menor)

- 7.1. A menor passará o seu dia de aniversário com ambos os progenitores, que acordarão previamente quais os períodos do dia a passar pela menor com o pai e com a mãe, sempre respeitando os horários escolares da criança.

(Dias especiais)

- 8.1. A menor passará o Dia da Mãe com a Mãe.
- 8.2. A menor passará o Dia do Pai com o Pai.

(Épocas festivas e férias escolares)

- 9.1. A menor passará alternadamente os dias 24 de Dezembro e 1 de Janeiro com a Mãe (anos pares) e 25 de Dezembro e 31 de Dezembro com o Pai (anos ímpares).
- 9.2. No período pascal o menor passará a primeira semana de férias e a segunda semana de férias (que inclui o dia de Páscoa) com a Mãe e com o Pai alternadamente, sendo que no ano de 2014 a segunda semana que inclui o dia de Páscoa será passada com o Pai.
- 9.3. Caso tenha o menor qualquer outro período de férias ou pausa escolar ao longo do ano (para além do Natal, Carnaval, Páscoa e Verão), a menor passará metade dessas férias ou pausas com cada um dos progenitores, mediante acordo entre estes.
- 9.4. Nos períodos de férias fica suspenso o regime de fins-de-semana alternados.
- 9.5. Ambos os progenitores deverão fornecer atempadamente ao outro, declaração oficial com autorização de deslocação ao estrangeiro.
- 9.6. O exposto na presente cláusula pode ser alterado mediante acordo dos progenitores nesse sentido, e salvaguardando os melhores interesses da menor.

(Feriados Nacionais)

- 10.1. Sem prejuízo do exposto nos pontos 5.3, os pais acordarão previamente com quem a menor passará os feriados nacionais, que sejam celebrados de segunda a sexta-feira.

(Visitas aos avós, tios e primos)

- 11.1 As partes acordam, no melhor interesse da sua filha, que farão um esforço em manter os laços de família da criança com os avós, tios e primos de cada parte, não havendo por parte de qualquer um dos progenitores tentativa de dificultar ou obstruir tais visitas.

(Alimentos)

- 12.1. O Pai contribuirá, a título de alimentos da menor, com a quantia mensal de € 200 (duzentos euros), a pagar no dia 1 do mês a que disser respeito, através de transferência bancária para uma conta indicada pela Mãe.
- 12.2. A prestação prevista na cláusula anterior será actualizada anualmente, no mês de Janeiro, de acordo com o índice de actualizações salariais para a função pública.
- 12.3. Tendo em conta a progressão de carreira do Pai, fica consignado que a prestação de alimentos da menor será aumentada proporcionalmente ao aumento do vencimento daí decorrente.
- 12.4. As despesas extraordinárias médicas e de saúde, designadamente com consultas, intervenções ou tratamentos médicos, meios auxiliares de diagnóstico, próteses (aparelhos dentários, óculos ou outros) e medicamentos, na parte não comparticipada por seguros de saúde ou subsistemas de saúde, serão suportadas por ambos os progenitores, na proporção de 50% para cada um, desde que devidamente comprovada a sua realização.
- 12.5. Excepto em situação de urgência em que seja impossível ou inconveniente o contacto prévio, os pais devem coordenar-se de forma a não haver duplicação das despesas referidas no ponto 12.4.
- 12.6. As despesas com formação, incluindo propinas, livros escolares, material escolar, equipamento para a prática de desporto na escola e vestuário serão suportadas por ambos os progenitores, na proporção de 50% para o pai e 50% para a mãe, desde que devidamente comprovada a sua realização.
- 12.7. Para efeito de reembolso, o progenitor que efectuar as despesas deve apresentar ao outro documento comprovativo das mesmas, bastando para tal fotocópia, sendo as despesas pagas no prazo de 10 dias após a apresentação do respectivo comprovativo, e devendo aquele que recebe entregar ao outro a correspondente quitação.

(Incumprimento e mora no cumprimento)

- 13.1. No caso de se verificar incumprimento ou mora no cumprimento das obrigações identificadas no presente acordo, a parte faltosa terá de indemnizar a outra parte, por cada uma das situações verificadas, na importância de € 100 (cem euros).
- 13.2. As referidas importâncias deverão ser depositadas em conta à ordem aberta em nome da menor, em instituição bancária, sendo que só por estes poderão ser movimentadas quando atingirem a maioridade.
- 13.3. A parte faltosa ainda suportará as despesas judiciais e com o mandatário forense que a outra parte teve de custear, devendo essa quantia ser-lhe entregue.

A declarante Mãe,

Paula Silva Lemos Costa

O declarante Pai,

Nuno António Santos Costa

(Assinaturas conforme o Bilhete de Identidade)